

Apresentação

A Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, em seu décimo primeiro número, apresenta sete artigos, com diversas ênfases sobre aspectos teórico-concretos do desenvolvimento sustentável. Outra característica desses sete artigos é o enfoque político-histórico e cultural que envolve a discussão em torno da sustentabilidade socioambiental, o que implica dizer que a sustentabilidade requer também instrumentos concretos de intervenção, seja do ponto de vista da gestão dos recursos naturais, bem como de políticas públicas envolvendo a intermediação humana sobre a natureza.

A dimensão cultural sobre proteger ou conviver com a natureza se apresenta seguidamente como um espaço de recriação de sentidos sobre ela, daí que no primeiro artigo da revista os autores José Luiz de Andrade Franco e José Augusto Drummond apresentam o olhar do botânico brasileiro, Frederico Carlos Hoehne, em sua viagem ao sul do país, em 1928, em cujo relato aparecem preocupações sobre a proteção da natureza, cujas consequências reaparecem em outro de seus textos, publicado em 1951, e também objeto deste primeiro artigo ora apresentado; segundo os autores, o botânico Hoehne é um dos primeiros responsáveis, no Brasil, pela emergência de uma consciência ambientalista, combinando argumentos científicos com reflexões estéticas sobre as florestas brasileiras.

No segundo artigo, Marc Hufty, professor e pesquisador do IUED, de Genebra, nos traz resultados de uma pesquisa realizada em Madagascar, na qual analisa a potencialidade da metodologia interdisciplinar para avaliar os impactos ocorridos sobre o desmatamento, tendo como foco a Reserva especial de Manongarivo, onde também são considerados os recursos florestais e a biodiversidade, à luz das intervenções locais das populações nativas.

Pedro Roberto Jacobi e Ana Paula Fracalanza abordam, no terceiro artigo, os comitês de bacias hidrográficas no Brasil, e ressaltam os desafios da gestão compartilhada e participativa, – para a cidadania, a democracia e a justiça ambientais em construção no país. Cabe destacar que o processo de institucionalização dessas práticas participativas não é automático, e sua articulação com as políticas de gestão pública implicam uma complexa engenharia sociopolítica.

O quarto artigo, de José Augusto Drummond, aborda uma experiência extrativista do manganês, no Amapá, entre 1957 e 1998, na perspectiva do desenvolvimento econômico, sua inserção na economia regional, nacional e internacional. Lições podem ser extraídas dessa experiência, não apenas em termos econômicos, mas sobretudo de estratégias de sustentabilidade quando são abordadas as estratégias nacionais em relação aos minérios e aos demais recursos naturais.

O meio ambiente envolve também, e sobretudo nas condições e situações de modernidade, o ambiente construído. Os espaços urbanos têm servido para ilustrar a intensidade das transformações tecnológicas. A análise dos usos e abusos dos recursos tecnológicos urbanos, tais como o de iluminação externa decorativa, corrobora não apenas o grau dessas modificações do espaço como também uma representação estética sobre a paisagem urbana. Ao estudar esses aspectos na cidade de Curitiba, um grupo de arquitetos (Aloísio Leoni Schmid, Helena Conelian Gentili, Gabriel Gallarza Rossi, Alexandre Valles e Renato Dombrowski) nos apresenta reflexões e resultados da pesquisa no quinto artigo desta revista.

No artigo seguinte, o sexto da revista, Franck Dominique Vivien, economista-ecólogo francês, nos traz uma importante reflexão teórica, à luz do debate sobre sustentabilidade do ponto de vista das teorias econômicas. Desfilam três diferentes concepções de sustentabilidade econômica: a primeira parte da teoria econômica dominante, em que o crescimento sustentado é considerado condição necessária e suficiente para o desenvolvimento; a segunda pensa o desenvolvimento a partir das restrições socioambientais, e a terceira inclui as desigualdades sociais, questionando a noção de desenvolvimento, inspirada nas experiências problemáticas do Terceiro Mundo.

Finalmente, o último artigo, de autoria de Aelita Moreira Viñas, aborda aspectos associados entre as variáveis socioeconômico-naturais, a fim de estabelecer um modelo de análise ambiental cuja aplicação é feita em um ecossistema uruguaio, na região de Paissandu. O método de trabalho na construção do Sistema de Informação Geográfico consistiu na composição de três matrizes de dados

relativos à erosão dos solos no espaço rural (dimensão biofísica), à pobreza rural e à produção agropecuária. Um dos principais objetivos desta metodologia de trabalho de

avaliação dos impactos socioeconômicos sobre os ecossistemas é o de propor e contribuir para a elaboração de um planejamento ambiental.

Os Editores